

## OS ESTADOS UNIDOS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

(Revendo a posição norte-americana) (\*).

---

ANTÔNIA FERNANDA P. DE ALMEIDA WRIGHT

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Os Estados Unidos apresentam em sua história uma importante sequência de feitos significativos para a apreciação do processo da independência no Novo Mundo. Seu papel face à nossa emancipação não tem sido, porém, estudado. Isso apesar de terem sido os norte-americanos os primeiros a romperem os laços coloniais que os prendiam à Europa e, embora escolhendo o governo republicano, tornaram-se, forçosamente, um paradigma de outros atos de libertação dentre os quais está o nosso. Foram também os americanos, em 1823, os protagonistas da declaração que traduziu-se no primeiro e ativo “NÃO” da América à Europa: a conhecida, e para nosso país muito oportuna, declaração do presidente James Monroe.

Quanto ao Brasil, onde a monarquia se instalara no começo do século, a República do Norte reconheceu-lhe a independência antes que o fizessem todas as demais nações (1), antecipando-se mesmo à

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 3.ª sessão de estudos, 1.º dia 7 de junho de 1972 (*Nota da Redação*).

(1) . — A questão do reconhecimento formal do representante americano, o consul Condry Raguet que já estava no Rio antes da Independência, deu causa a discussões que só contribuiriam para atritar o difícil diplomata americano com as autoridades brasileiras. Em 9 de março, o brigue sueco *Pallas* seguiu para o Prata sem ter descarregado no Rio de Janeiro, inexplicavelmente a documentação do consul Raguet. Isso foi o bastante para o americano desferir toda uma série de acusações às autoridades e insistir para que ao invés de constar uma data de outubro quando finalmente seus papéis chegaram, como o registro do recebimento do representante americano pelo Imperador na categoria de “Encarregado de Negócios”, este acontecimento deveria ser registrado como tendo tido lugar em março de 1825. Cf. Anexo nº 4 de 21 de outubro de 1825 apenso à correspondência entre Raguet e Henry Clay, datado de 12 de novembro de 1825, National Archives, Washington, MS *Diplomatic Dispatches, Brazil*, séries 52.

Grã-Bretanha, de há muito arvorada em protetora da dinastia aqui representada por D. Pedro.

A menos que se atente para a complexidade dos acontecimentos dos primórdios do desenvolvimento histórico norte-americano, será quase impossível discernir quaisquer outras conotações em fatos desta natureza que não as concernentes a simples manifestações de caráter diplomático, destacando-se quando muito, um pouco mais a circunstância de ser república a primeira nação a reconhecer a instalação do regime monárquico no Novo Mundo.

A presente comunicação pretende enfocar aspectos da posição norte-americana, relativos à Independência do Brasil, cuja apresentação contribuirá para demonstrar a necessidade de reexame da questão.

Começemos por lembrar um fato bastante conhecido, mas nem por isso devidamente apreciado. Em que pese as diferenças entre as colonizações brasileira e norte-americana, tantas vezes arroladas como responsáveis pelas várias distinções entre os dois países, a verdade é que ambos colheram o produto do transplante de instituições, idéias e atitudes originárias da Europa, “valores” submetidos posteriormente ao impacto do meio ambiente americano.

Este impacto atuou sobre estruturas diversas em graus distintos, porém marcou, a ambos, de forma indelevel. Produziu ele sobretudo circunstâncias que propiciam uma importante abertura para considerações bastante elucidativas atinentes à História Comparada. Como se pensava e agia em relação à Europa nos Estados Unidos recém-independentes em comparação com o Brasil nas mesmas circunstâncias — eis uma primeira consideração a ser feita.

Na verdade, podemos assinalar a presença de atitudes favoráveis à imitação de exemplos europeus ou à procura de modelos estrangeiros por parte de *americanos*, tanto do Sul como do Norte, no decorrer daqueles momentos iniciais da construção de suas respectivas novas nações. Pelo menos isso é o que refletem as discussões parlamentares nos dois países. Tais atitudes seriam, assim, o resultado de um empuxo comum, ou pelo menos igualmente ligado às solicitações oriundas de vastas áreas do novo mundo para as quais os homens teriam suas atenções voltadas — buscavam soluções práticas para a simples e objetiva necessidade de manter a independência conquistada.

Pensando nestes termos não surpreende tanto ao estudioso saber que o próprio Henry Clay que justamente destacou-se como *spea-*

ker do Congresso americano em 1819 por recomendar apoio do governo americano aos movimentos de independência eclodidos na América espanhola, recorreu com frequência ao uso de paradigmas europeus. Um bom exemplo disso ocorreu quando Clay para fazer oposição à adoção em seu país do *laissez-faire*, como política econômica nos primórdios do século XIX usou como principal argumento a afirmação de que tal sistema econômico era pregado, mas não *professado* na Europa (2).

É interessante destacar, ainda, que Clay defende quase no mesmo folego tanto a idéia de apoio mais decisivo aos países de independência recente para “encorajar” neles atitudes favoráveis aos princípios de livre comércio como acena com a possibilidade de acesso mais comodo aos metais hispano-americanos conforme lembra muito bem J. Dorfman (3). É muito provável que esta sugestão de Henry Clay visasse atrair e carrear no Congresso também a adesão de portavozes dos negociantes interessados na prata da América Latina. Nessa ocasião o famoso senador declara ainda em seu discurso, serem as nações detentoras de metais preciosos aquelas que “manipulam os recursos do mundo”. Idéia que sem dúvida mostra seu claro apego às teorias bulionistas típicas da Europa da época. Não é de estranhar, portanto, o teor de um outro seu discurso no Congresso e relativo à mesma matéria feito em 1821. Ao referir-se então a Napoleão de creve-o como

“um ilustre adepto do protecionismo tarifário”

“um dos melhores e mais sábios estadistas de todas as épocas e países, maior do que Franklin, Jefferson, Madison e Hamilton” (4).

Linguagem aparentemente bastante estranha para um defensor do chamado *Sistema Americano* (5).

---

(2). — Dorfman (Joseph), *The Economic Mind in American Civilisation*. (1606-1865). New York, 1956, The Viking Press, vol. I, p. 387.

(3). — *Ibidem*.

(4). — Dorfman, *Op. cit.*, vol. I, p. 390. (*Nosso grifo*).

(5). — O chamado *Sistema Americano* é basicamente uma doutrina econômica norte-americana que atingiu outros planos tais como o político e o ideológico, não sem antes sofrer certas distorções. Em matéria econômica fundamenta-se na idéia de calçar a política tarifária protecionista com toda uma filosofia política, vigorosa o bastante para ganhar o interesse de uma nação que se inspirara extraordinariamente em Adam Smith. Tal idéia parece ter sido defendida pela primeira vez por Daniel Raymond (1786-1849) em um panfleto publicado em 1820 e que levou o titulo: *Thoughts on Political Economy*.

No Brasil, de 1823, naquela desordenada explosão de energias políticas que foi a Constituinte, pode-se captar, aqui e acolá, também exemplos quase tão desconcertantes reveladores das duas tendências: há entre os oradores tanto os que citam e louvam personalidades européias ou soluções por estas encontradas, como outros que as denigram.

Citando apenas alguns casos concretos dentre as várias discussões reveladoras desse tipo de comportamento temos os exemplos que se seguem:

Em 4 de julho discutia-se no plenário o problema da fórmula para a escolha dos governos provinciais. O deputado Henrique de Rezende, declarava-se favorável à autonomia dos mesmos, lembrando que

“na Inglaterra o rei escolhe os *sherifes* dos condados através de listas proposta pelo chanceler e juizes e que (portanto), aqui também o Imperador poderia escolher um dentre três nomes dados pela junta eleitoral” (6).

Representando São Paulo, Nicolau de Campos Vergueiro, na mesma Assembléa, na sessão de 17 de julho, oferece claro exemplo da posição que o coloca exatamente no campo oposto. Defendendo a autonomia das forças provinciais, diz que estas deviam ter autoridade (de decisão) por não ser fácil aqui a comunicação como na Europa onde

“a notícia corre rapidamente da Capital à Província” (7).

Dentro desse mesmo espírito é que Andrada Machado (Antônio Carlos) a propósito de discussão sobre a questão da autoridade régia afirmava

“não servirem exemplos franceses” porquanto “*não interessava imitar exemplos alheios*” (8).

---

(6). — *Annaes do Parlamento Brasileiro, Assembléa Constituinte*, 1823. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial, Instituto Artístico, 1874, Tomo 3, p. 20.

(7). — *Annaes do Parlamento Brasileiro, Assembléa Constituinte*, 1823. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial Instituto Artístico, 1874, Tomo 3, p. 82.

(8). — *Annaes do Parlamento Brasileiro, Assembléa Constituinte*, 1823. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial Instituto Artístico, 1874, Tomo 3, p. 131, Sessão de 29-7-1823 (nosso grifo).

Ao levar avante ações concretas destinadas a dinamizar tentativas de dar embasamento econômico sólido à construção e à manutenção da independência conquistada no Novo Mundo, era igualmente natural que interesses individuais aqui instalados a partir de padrões de comportamento anteriores à libertação pesassem ainda nos destinos políticos dos novos governos.

Assim é que sendo porta-vozes de habitantes de áreas cuja função primordial havia sido pouco antes contribuir para o bem-estar financeiro das antigas metrópoles, as nações de independência recente demonstravam grande vigor na procura de auto-afirmação em termos econômicos, o que sugere serem os exemplos acima apontados *atípicos* em questão de conteúdo e *típicos* do comportamento aqui apontado em se tratando da procura de fórmulas e soluções estranhas ao país.

Na realidade na sua breve análise de pronunciamentos feitos no Congresso Americano e no Parlamento Brasileiro logo após as respectivas independências, ressalta a existência de um claro predomínio, em ambos os casos, de discussões com base em assuntos de caráter econômico.

Resulta da aludida análise útil exemplo de pragmatismo que não se deteve mesmo em fórmulas econômicas rígidas, razão pela qual oscilavam os seus líderes entre o *laissez-faire* e o protecionismo, em termos de luta pelas respectivas afirmações políticas.

Nas intermináveis discussões americanas sobre o assunto repete-se não apenas a idéia de

“usar métodos ingleses para superar problemas econômicos norte-americanos”

como, ao mesmo tempo, repete-se constantemente a idéia de fugir ao “contágio da Europa”, conceitos como já se viu, não muito estranhos aos emitidos no plenário da Câmara Brasileira, pelo menos quanto ao aspecto formal que se procura destacar no momento.

O próprio pensamento de Emerson, embora sua obra tenha sido impressa em meados do século XIX, oferece ainda ilustração desta aparente contradição porquanto pretende ele que os americanos

“caminhem com os próprios pés” e que também “imitem os métodos ingleses para ampliar seu comércio” (9).

---

(9). — Miles (Josephine Ralph Waldo Emerson). São Paulo. 1966. Editora Martins, p. 28.

Questões como protecionismo e liberdade tarifária ou criação de um Banco Nacional e assinatura de tratados com nações estrangeiras, foram temas de acaloradas controvérsias políticas no Brasil como nos Estados Unidos nos primórdios de suas respectivas vidas nacionais. Em 1828, os americanos adotaram uma tarifa protecionista cuja inflexibilidade foi, posteriormente, suavizada sobretudo para atender a interesses dos grandes proprietários sulinos. Em 1844 — no mesmo ano em que adotava-se aqui a tarifa Alves Branco — retornavam ao protecionismo os Estados Unidos, país cujos contactos na América Latina no início do século XIX vinham se fazendo através de constante pregação do anti-monopólio e da propaganda favorável àquela nação, por sinal bastante admirada pelo próprio Alves Branco, deputado pela Bahia que mais de uma feita elogiou vários aspectos da civilização dos Estados Unidos, conforme deduz-se de seus pronunciamentos no Parlamento.

Situações como esta, de oscilar pendularmente entre as duas soluções protecionista e livre-cambista, são comuns também no Brasil, e não parecem tão distanciadas dos EUA por fatores adversos ou barreiras intransponíveis que estariam ligados à colonização, ou às diferenças produzidas pelas heranças da cultura anglo-saxônica, de um lado, e da cultura lusa do outro.

Cultores das tendências desenvolvimentistas no Brasil manifestaram-se desde muito cedo, e alguns deles já no início do século XIX, dão-nos indícios de estarem concordes com os norte-americanos na afirmação de que as máquinas

“poupam nosso trabalho, trabalhando como se fossem seres animados” (10).

É bem verdade que se aqui se encorajaram invenções mecânicas, nem sempre os poderes públicos incentivaram política tarifária favorável a industrialização. Transposições de idéias e valores da Europa para o Novo Mundo provocaram, por vezes, distorções desta sorte, muitas das quais poderiam ser rotuladas de caracteristicamente inerentes à ação do meio americano.

Um dos exemplos mais expressivos dessa condição é apresentado pelas oscilações das teorias e ações de *Condry Raguet* que por extrema coincidência, além de economista de renome, foi cônsul e mais tarde *Encarregado de Negócios* dos Estados Unidos no Brasil entre 1822 e 1827 (10.a). Durante este período, extremamente importante

---

(10). — Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. I, p. 360.

(10a). — Vide nota 1.

em nossa vida nacional, aqui viveu e agiu, esse partidário da liberdade tarifária, originário da Filadélfia, cidade onde fez campanhas de imprensa favoráveis ao *laissez-faire*. Ele foi também um ardente malthador em prol da criação de um Banco dos Estados Unidos cuja carta de autorização de funcionamento foi concedida em 1810 e que, tal qual o próprio Banco do Brasil, também, foi alvo de ataques e descrédito, chegando até mesmo à falência.

Federalista, panfletário, Raguet, economista famoso, por certo agia como quem acreditava na máxima de Daniel Defoe de que o “segredo é a alma do negócio”. Ao aqui chegar, em 8 de setembro de 1822, recém-nomeado representante consular de seu país, trazia consigo também uma incumbência secreta que lhe fôra dada por John Quincy Adams. O presidente dos Estados Unidos lhe dera ordens especiais para que atuasse, concomitantemente, como seu “Agente Confidencial”, função pela qual o novo Cônsul recebia um salário adicional de quatro mil dólares anuais além de seus proventos normais. Esta designação secreta reveste-se de mais significado quando é arrolado o número de sucessivos agentes americanos enviados ao Prata, — primeiro invadido pelas tropas portuguesas e posteriormente, bloqueado pelas forças imperiais — durante o período em que Adams era secretário de Estado de James Monroe (1818-1825), período para o Brasil tão importante. O desejo de Adams, no sentido de incrementar interesses do comércio marítimo norte-americano é política bastante conhecida. O que é menos conhecido é o papel de destaque que exercido por Condy Raguet na implementação desta política, dada sua posição de autoridade reconhecida em assuntos de economia e à sua qualidade de assessor desta matéria junto a vários estadistas do seu país.

Partidário da complexa constelação de atitudes próprias aos chamados “federalistas” nos Estados Unidos naquele início do século XIX, Raguet, aos poucos evoluiu de posição até aproximar-se mais dos pontos de vista defendidos pelos sulistas, passando por um estágio curioso em que chegou a associar-se aos “mecânicos de Massachusetts”, cujas reivindicações trabalhistas constituíram uma das inúmeras e abortivas tentativas de organização do *trabalho* em seu país.

Sabe-se que a paz de 1815 desgastou o prestígio do partido federalista nos Estados Unidos. No entanto, sua filosofia social persistiu, no cenário político americano podendo ser notada, segundo argumento de J. Dorfman (11), especialmente em atitudes de economistas como *Condy Raguet*. Deve-se acrescentar mais: a nomeação

---

(11). — Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. I, p. 362.

deste economista para ser Cônsul do Brasil, em hora tão decisiva como a da nossa separação de Portugal, é sinal patente da sobrevivência da “filosofia” federalista em matéria econômica porquanto nos Estados Unidos ela servia de apoio principalmente às fortunas ligadas ao comércio de transporte e marítimo em geral.

Irrascível e persistente, Raguet utilizou-se de todos os meios e brechas, para, com excelente versatilidade, acima de tudo, defender os interesses acima referidos, por sinal numa conjuntura em que a política do Brasil no Prata lhe era extremamente danosa.

Foi exatamente a defesa do direito americano de comerciar livremente naquela área, sem respeito por um bloqueio brasileiro qualificado pelo cônsul americano como insuficiente — a ponto de denominá-lo *bloqueio só no papel* — o motivo causador do sério atrito final entre Raguet e o Império recém-instalado. Atrito em razão do qual quase foram desastrosamente rompidas as relações com os Estados Unidos, porquanto Raguet, aparentemente agindo menos como diplomata e mais como um ex-agente dos grandes investidores da Pensilvânia, pediu abruptamente ao Governo Brasil o retorno de seus passaportes em 1827.

Por um golpe de sorte, agravou-se, naquele mesmo ano, a situação no Rio da Prata onde a pressão britânica aumentou, especialmente na Banda Oriental. Raguet que a considerava área “sempre cobiçada pelos ingleses” deveu aos acontecimentos da região platina as circunstâncias que concorreram para o pronto abrandamento do incidente por ele provocado. Condy Raguet, que afinal não passava de um exímio economista, viu-se, em dado momento, improvisado em agente secreto revelando-se mau diplomata (12).

Embora se tenha mostrado nestas funções pouco hábil, não deixou de perceber que no Prata se localizava um dos pontos cruciais da política externa do Império desde seus momentos iniciais pois era onde se entrecrocavam interesses do comércio marítimo mundial com as ambições expansionistas do Brasil insuficientemente forte para sustentar tais ambições efetivamente. Entretanto, não foram somente conceitos como este os elementos norteadores da política de Washington em relação ao Brasil recém-independente. Um desejo de incrementar relações comerciais mais proveitosas com o Império é claramente perceptível na escolha do sucessor de Condy Raguet.

---

(12). — Cf. informações em National Archives, *M. S. Diplomatic Dispatches*, Condy Raguet to Henry Clay, Sept. 15, 1825.



William Tudor, era sem dúvida, diplomata mais maneiroso. Amigo íntimo do protecionista Henry Clay, saiu-se melhor do que seu antecessor na defesa de interesses comerciais dos Estados Unidos no Brasil, conseguindo a assinatura de um tratado com o Império em 1828, causa que Raguet, sendo economista tão brilhante e, àquela época pugnaz defensor do *laissez-faire*, teoria aqui muito bem vista, não conseguiu. Evidentemente razões de ordem interna e externa atinentes à política brasileira as quais por sua vez também mudaram de lugar entre 1827 e 1828 tiveram grande influência na decisão de fazer um tratado com os Estados Unidos. No entanto não foram apenas as circunstâncias brasileiras o objeto de mudanças. Após o fracasso diplomático no Brasil, Condý Raguet continuou a ter uma carreira atuante no cenário político e intelectual de seu país, como economista famoso que foi. Mas apresentou novas surpresas em matéria de tomadas de posição, mesmo no campo da economia, bem dentro da linha aqui enfatizada ou seja: a maleabilidade dos homens que dirigiam as novas nações — possível marca do Novo Mundo.

Em 1829, ele que era o erudito editor do *Free Trade Advocate*, defensor ardente das teorias de Adam Smith, evoluiu de posição em vários planos. Em 1831, ele passou a apoiar a teoria dos direitos dos Estados e a idéia da necessidade de construção da constituição através dos jornais em que colaborava ou editava tais como o *Free Trade Advocate and Journal of Political Economy*, o *Banner of Constitution*, o *The Examiner*, o *Journal of Political Economy* e ainda o *Financial Register*.

No momento em que o ex-cônsul americano no Rio de Janeiro pendeu para a filosofia do Sul, preparou o terreno para importantes decisões político-econômicas cujo resultado foi a *Comprehensive Tariff* de 1833 que constituiu-se em abrandamento em relação à tarifa de 1828. Essa manobra destinava-se a tenuous os problemas econômicos que surgiram com aquela tarifa protecionista. Tanta preocupação causou-lhe nesta ocasião a questão dos custos industriais, que Raguet recomendou o uso de escravos nas fábricas (13), prática comum em manufaturas brasileiras.

Essa era uma posição que também se coadunava com os interesses do então dizimado partido Federalista apesar de na realidade Condý Raguet haver passado a defender daí em diante ponderáveis interesses dos grandes proprietários sulinos. Isso explica o fato dele lutar, ao lado de John Calhoun, para conseguir aprovar no Congresso a criação de um Banco dos Estados Unidos.

---

(13). — Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. II, p. 602 (nosso grifo).

“Dos dois extremos fatais para os quais as nações pendem, a violência militar é mais perigosa do que a fraqueza”.

Calhou era um combativo representante dos interesses sulinos no Congresso que dizia:

No entanto, seu aliado Raguet, quando cônsul no Brasil chegou a insinuar a necessidade do uso de força naval para fazer valer os direitos comerciais de seu país no Prata bloqueado pelas forças imperiais.

A idéia de fundar um Banco era o traço de união entre os dois homens. Na opinião de Raguet a função de um banco central dos Estados Unidos seria a de promover a redenção econômica do país, criar um órgão capaz de permitir a facilidade de crédito tão necessária ao comércio marítimo (14). No entanto, quando certos estados, finalmente apóia m esta idéia, Raguet opõe-se à política do Governo Federal e encoraja a oposição estatal. Assim mudou de rótulo *político* por motivos econômicos.

Vê-se que a questão do comércio exterior continuava sendo para ele de suma importância e constituía a espinha dorsal de suas opiniões políticas. Bem por isso é que atribuía à sujeição monárquica a desdita econômica do Brasil. Até que ponto esta opinião de Raguet formou-se à custa de suas convicções pessoais ou de sua observação, digamos assim, de *expert* em assuntos econômicos daquilo que verificava no Brasil é difícil precisar. Há porém certos pontos bastante elucidativos em sua vastíssima correspondência enviada do Rio de Janeiro de 1822 a 1827. Aos 12 de abril de 1826 escrevendo a Henry Clay, Raguet critica drasticamente a imprensa brasileira qualificando-a de

“livre apenas para aplaudir a monarquia e vituperar as repúblicas”

e chega mesmo a insinuar haver possibilidade de sua correspondência vir sendo censurada ou vigiada. Já no mês seguinte alenta-o maior esperança, maior confiança no estímulo da “vontade popular” no cenário político brasileiro que qualificava tão impiedosamente um mês antes.

Em 25 de maio de 1826, dirigindo-se a Henry Clay, anexa o *Diário Fluminense* de 17 daquele mês, no qual aparece a íntegra do tratado brasileiro com Portugal já ratificado em agosto de 1825, jun-

(14) — Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. I, p. 363.

tamente com um decreto de D. Pedro, datado de 10. de maio, ordenando que o mesmo fosse cumprido. Eis o comentário de Raguet:

“É inquestionável o fato de que ao iniciarem-se as negociações com Sir Charles Stuart, D. Pedro afirmava não ceder a quaisquer condições incompatíveis com as circunstâncias em que a independência tivera lugar. Em outras palavras . . . em harmonia com o bem visto argumento da soberania popular . . .”  
(15).

Mais adiante surge nessa mesma missiva a questão da manutenção do título de Imperador “pelo Rei João” e da transferência deste título a D. Pedro. Esta última é apontada também como

“condição sobre a qual Sir Charles Stuart não arreda pé sem mostrar qualquer respeito pela aclamação popular de D. Pedro”.

Já no relatório seguinte, Raguet chega ao exame detido da questão financeira nos arranjos feitos entre Portugal e Grã-Bretanha por Sir Charles Stuart e demonstra claramente como a chegada da notícia da morte de D. João em dez de março (“trazida inesperadamente pela nau Providência”), mudou totalmente o clima das negociações com Portugal.

“Não somente o baile planejado pelo enviado de Sua Magestade Britânica foi transferido como reuniu-se o conselho de Estado para deliberar sobre as reações de D. Pedro, que de tão transtornado trancou-se em seus aposentos negando-se a receber quem quer que fosse” (16).

Uma série de decretos dentre os quais figurava um de anistia aos “portugueses não processados” demonstra clara tendência para afrouxar a pressão anti-lusitana, pressão que, na opinião de Raguet, D. Pedro mantinha latente mesmo nos dias que precederam a morte de D. João. A infausta notícia o faria arredar também da idéia de defesa dos interesses financeiros de seu Império, conjuntura que o misivista examina e lamenta.

Sugere o sagaz cônsul dos Estados Unidos, que a resistência de D. Pedro à pressão do “sistema” europeu é vencida pelas circunstân-

---

(15). — National Archives, *Diplomatic Dispatches*, M. S., Condy Raguet to Henry Clay, May 25, 1826.

(16). — National Archives, *Diplomatic Dispatches M. S.*, Condy Raguet to Henry Clay, May 25, 1826.

cias e não pela habilidade de Stuart. Condições psicológicas de D. Pedro teriam sido então ingredientes essenciais no desenrolar de acontecimentos fundamentais na vida do Império. A importância desse comentário é visível até mesmo quando seu autor lembra exemplos de pessoas como o Barão de Cairu, José da Silva Lisboa, o qual, embora patriótico e defensor da idéia de evitar a exploração do Brasil pela Europa, mostra-se cheio de prevenção contra o regime republicano dos Estados Unidos. Cairu, comenta indignado o americano,

“chega a afirmar que mesmo um genio como Franklin, nasceu na América do Norte quando estava submetida à monarquia inglesa, pois as repúblicas nunca produziram gênios!” E, prossegue o desiludido Raguét, “até mesmo o padre Januário, juntamente com outros banidos por favorecerem idéias republicanas tais como Gonçalves Ledo e Nóbrega, aparentam agora adesão ao Imperador”.

E' clara a distinção feita pelo diplomata entre o prestígio do Imperador e o prestígio da monarquia observando o evoluir dos acontecimentos subsequentes à Independência brasileira, e, como é fácil ver, mantendo o comportamento dos homens que a fizeram sob cuidadosa observação. Sobretudo no tocante à sua possível acomodação em termos de aceitação da hegemonia européia. Em dado momento a amplitude de espírito e a sagacidade da observação de Condé Raguét cedem lugar à idéia de que existe no Brasil um verdadeiro *complot* contra o regime republicano dos Estados Unidos.

Percebe-se através da leitura de relatórios posteriores como vai crescendo no espírito do “Encarregado de Negócios” americano a idéia de que os brasileiros suspeitam dele, cuidando serem seus desígnios, hostis à monarquia. Aos poucos ele mesmo passa a agir em função dessa possível suspeita. Na realidade suas convicções em matéria econômica seriam possivelmente aceitas no Brasil da época. Bem assim a sua tendência para acomodar-se à procura de novas soluções nessa matéria independentemente de afeições políticas rígidas.

E' certo também que ele acostumara-se à intriga de bastidores de longa data. Antes de vir ao Brasil fôra o escolhido do diretor do Banco da Pensilvânia, William Carey, para viajar até Washington como porta-voz da “Sociedade da Pensilvânia para Promoção da Indústria Nacional”. Sua missão era insinuar-se junto ao seu conterrâneo e também federalista Henry Baldwin, pois este desde 1817 ocupava o posto de chefe do “Comitê de Desenvolvimento do Comércio e Manufatura da União”. Por isso concordou Raguét em ir a Washing-

ton durante o recesso da Assembléa de seu Estado, nas férias de Natal. Exigiu que lhe pagassem as despesas e que não divulgassem a sua ligação com a “Sociedade”, pois achava que sem o conhecimento público desse detalhe, ser-lhe-ia mais fácil persuadir aos representantes da Pensilvânia no Congresso Federal, a apoiar o *laissez-faire* e defender a instituição de um sólido sistema bancário (17).

Como é possível concluir facilmente, o exacerbado Raguét, crítico do governo imperial brasileiro (18) e das atitudes dúbias de nossos políticos, nos primórdios da nossa vida nacional, na sua própria pátria agiu de forma não muito diversa daquela que criticava aqui. Moralista ferrenho chegou a certa altura a preocupar-se bastante com o perigo da ação dos demagogos, sobre as massas, receio que era comum a vários países da Europa e da América, inclusive tendo sido debatido no Brasil. Inconsistência ou versatilidade? Ou ainda simples exigência do ambiente americano? Perguntas difíceis de responder.

Eis talvez porque, em plena década de sessenta, nos Estados Unidos ainda afirmava o senador democrata Louis Wigfall:

“democracy in the USA means one thing, in Europe another. It does not mean here wearing a dirty shirt; I never saw a democrat in the country who denied that a man had a right to associate with anyone he pleased. “We did not differ from the *Whigs* on questions of social Equality but on the construction of the Constitution . . .” (19).

Igualmente colhia no Brasil impressão não muito diversa o viajante americano Mathews que escreveu em 1867 sobre nosso país. Mencionava ele existir aqui o mesmo “mal que contagia a humanidade, ao qual chamamos *Democracia*, e que nos Brasis é denominado *Liberalismo*” (20).

No Brasil não favorecemos em geral doutrinas econômicas tão nítidas que pudessem antagonizar-nos com os Estados Unidos nesse

---

(17). — Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. I, p. 386.

(18). — Condé Raguét a Henry Clay, 25 de outubro de 1825, *Dispatches* . . .

(19). — “Democracia nos Estados Unidos significa uma coisa, na Europa outra. Aqui não quer dizer usar camisa suja; eu jamais vi um democrata que em nosso país negasse a qualquer homem o direito de livre associação. Jamais diferimos dos *Whigs* em assuntos de igualdade social porém na estruturação da constituição”. Dorfman (Joseph), *Op. cit.*, vol. II, p. 634.

(20). — Mathews (Joel E.), “Brazil viewed from Selma, Alabama in 1867”, *The Princeton University Library Chronicle*, (XXV, II), Winter 1966, 2: 66. *Apud*, Wright (A. F. P. de Almeida), *Desafio Americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1972.

nível, o mesmo ocorrendo no campo político, apesar do nosso apego à Monarquia no século XIX e apesar dos artitos entre alguns diplomatas americanos e o Império.

Possivelmente muito mais expressivo e de fato um traço de união em ambas esferas, nos Estados Unidos como no Brasil, foi o formato *sui generis* que as constelações de idéias importadas da Europa adquirira aqui e lá. Detalhe que o temperamental Condy Raguet não percebeu.